

RESISTÊNCIA ESCRAVA EM UM CONTEXTO DE PEQUENAS POSSES: FUGA E PROPRIEDADE ESCRAVA NA COMARCA DO RIO DAS MORTES EM MINAS GERAIS, C.1830

CARLOS DE OLIVEIRA MALAQUIAS
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

ANA CAROLINE DE REZENDE COSTA
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

RESUMO: O artigo aborda a questão das fugas de escravos na perspectiva dos senhores que publicaram anúncios no periódico mineiro *Astro de Minas* entre 1827-1839. Busca-se conhecer quem eram os senhores que enfrentaram a fuga de seus escravos e quais as características de suas posses. Além dos anúncios de fuga, lança-se mão de um conjunto variado de documentos, como listas e mapas de moradores, inventários e processos-crime. Percebe-se que todos os senhores estavam sujeitos à fuga, mesmo os donos de pequenas escravarias, fato que sugere que a evasão do cativo relacionava-se a tensões no exercício senhorial de mando, mais do que com condições materiais previamente postas.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Fugas de escravos; Pequenas escravarias.

ABSTRACT: In this article, we look at runaway slaves from the perspective of slaveholders who announced slaves' escapes in the journal *Astro de Minas*, from 1827 to 1839. Our main purpose is to find out who were the masters who faced the flight of their slaves and the characteristics of their slaveholdings. In addition to the escape announcements, we employ a diverse set of data, including lists and maps of population, probate records and criminal cases. We noticed that all kind of slaveholder could experience a slave flight, even the small ones, which suggests that the run was relate to the failure of the master's customary ruling, rather than with previously laid material conditions.

KEYWORDS: Slavery; Slave run; Small slaveholdings.

Na vigência do escravismo no Brasil, as escravarias com um ou dois, ou, no máximo, cinco escravos, foram as mais comuns e predominantes nas áreas urbanas e nas regiões de economia de abastecimento alimentar. Na prática, essas regiões constituíram a maior parte do território brasileiro, mas atraíram bem menos a atenção da historiografia do que as ricas e fortemente escravistas economias do açúcar e do café.¹ Na própria mineração, o emprego de extensas escravarias foi limitado às experiências com os diamantes, no século XVIII, e nas companhias inglesas de mineração em profundidade, no XIX.² No mais, as dominantes faisqueiras e grupiaras empregavam poucos escravos, às vezes trabalhando lado a lado com seus senhores. A evolução da economia mineira em direção ao agropastoreio, na passagem do século XVIII para o XIX, criou condições para a emergência de fazendas escravistas de maior porte, voltadas para o abastecimento alimentar do Rio de Janeiro. No entanto, os maiores empreendimentos dividiam o mesmo espaço econômico com pequenas e médias escravarias.

Estima-se que dois em cada três plantéis mineiros na primeira metade do século XIX tinham menos de cinco cativos.³ É muito provável que seus senhores não pudessem abrir mão do trabalho familiar para o sustento da casa e se ombreavam com seus escravos nas lides domésticas.⁴ Como a convivência próxima entre senhores e escravos modulava as experiências da escravidão e como as pequenas escravarias condicionavam as estratégias de domínio senhorial e de resistência escrava são temas nos quais os estudos estão avançando com resultados animadores.⁵

¹ É o que concluem Francisco Luna e Herbert Klein em seu estudo-síntese sobre o escravismo brasileiro. Os autores, no entanto, usam evidências produzidas principalmente do atual sudeste. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 155-158.

² As fontes consultadas por Francisco Vidal Luna sobre a posse de escravos em vários distritos mineiros no ano de 1718, por exemplo, mostram que os donos de 1 a 5 escravos eram algo em torno de metade dos proprietários, geralmente mais do que isso. LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; Klein, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 264. Em geral, as companhias de mineração inglesas operavam com centenas de escravos. Ver LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 98, 297 e 318.

³ LIBBY, Douglas C. *Op. cit.*, p. 103.

⁴ Entendendo aqui domicílio como a unidade que envolvia a habitação e a produção, ou seja, como uma célula social e econômica, espaço simultaneamente de moradia e trabalho. Na documentação protoestatística, essa unidade era designada como "fogo". Ver RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, capítulo 2 e p. 145-149.

⁵ Para citar apenas alguns estudos: PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. FRANK, Zephir L. *Dutra's world: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004. FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. SOARES, Luís Carlos. *O "povo de cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio

Neste artigo apresentamos uma pequena contribuição sobre essa temática, discutindo as fugas de escravos anunciadas em uma região onde predominavam as pequenas escravarias. Como veremos, o perfil dos escravos que fugiam, em suas linhas gerais – homens, jovens, sem especialização ocupacional –, era muito semelhante ao demonstrado por outros estudos sobre fugas no Brasil e não serão o foco deste artigo.⁶ Aqui, consideramos o perfil dos senhores que registraram fugas em suas escravarias, tecendo considerações sobre as condições do cativo e a política senhorial de domínio em uma região de pequenas e médias posses. Os senhores, no entanto, diziam pouco sobre si nos anúncios de fuga: um contato, o local de moradia, uma oferta de recompensa. Porém, conjugados com inventários, testamentos, listas nominativas e processos judiciais, os anúncios nos fornecem algumas pistas sobre os senhores que enfrentaram fugas de escravos. Antes de passarmos a isso, valem alguns comentários sobre a escravidão na Comarca do Rio das Mortes.

Senhores e escravos na Comarca do Rio das Mortes

A ocupação da antiga comarca do Rio das Mortes remonta às descobertas de ouro e guardou importantes características da sociedade mineradora, como o predomínio das pequenas escravarias e o grande número de livres não brancos, muitos deles senhores de escravos. Durante toda a época colonial, a comarca englobava todas as terras do sul de Minas; porém, a expansão da economia de abastecimento em suas bordas conduziu ao desenvolvimento e emancipação de várias áreas. Na época privilegiada neste trabalho, a década de 1830, a comarca do Rio das Mortes restringia-se às suas vilas mais antigas: São João del-Rei, São José del-Rei (atual Tiradentes), Tamanduá (atual Itapeverica) e Lavras, todas gestadas pelo ouro, mas convertidas ao agropastoreio com a decadência da mineração.

As estatísticas produzidas na província no ano de 1835 mostram que a Comarca tinha 91.979 moradores, sendo 55.146 (59,95%) livres e 36.833 (40,05%) escravos.⁷ No segmento livre havia equilíbrio entre brancos e

de Janeiro: Apicuri, 2008. SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dívida da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

⁶ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 75-77 discutem o perfil mais comum dos escravos fugidos. Ver também MAESTRI, Mário. *Catando cipó. O cativo fujão no Brasil escravista: história e representações*. CEA – Universidade do Porto (Org.). Trabalho Forçado Africano: experiências coloniais comparadas. Porto: Campo das Letras, 2005, p. 171-194. Consultar as referências do Quadro 1 neste artigo para informações.

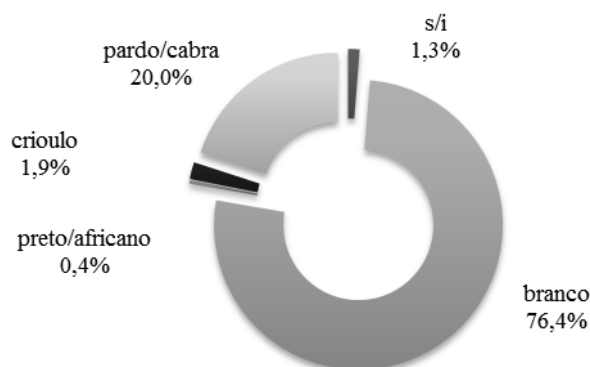
⁷ Valemo-nos das tabelas de população dos distritos, vilas e comarcas mineiras produzidas pelo governo provincial e reunidas em MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: PAIVA, Clotilde

pretos/pardos, respectivamente, 29,6% e 29,3% da população total. Esse número de não brancos remete à presença da alforria: negros e pardos que nasceram em liberdade, em algum momento de sua trajetória familiar, tiveram um antecedente que recebeu a libertação. Os variados designativos usados nas listas nominativas – preto, crioulo, pardo, cabra, mestiço – serviam para indicar esse passado escravo, localizando a origem africana dessas pessoas. De qualquer forma, importa assinalar que o instituto da alforria e a mestiçagem, que continuamente acentuava a complexidade das designações de cor, produziram um segmento de descendentes livres de africanos numericamente tão significativo quanto a parcela branca da população.

Muitos desses descendentes de escravos tornaram-se senhores. Cerca de um quarto dos 4.207 domicílios com presença de escravos eram chefiados por senhores pardos, crioulos, cabras e pretos, nessa ordem de significância. Os senhores pardos tinham destaque entre os donos de escravos não brancos. Sua situação de mestiços, a cor mais clara da pele e as maiores possibilidades de receber a alforria colocavam esses descendentes de escravos na frente dos africanos e crioulos. Se considerarmos apenas os senhores de escravarias pequenas, com, no máximo, cinco escravos, a participação de não brancos sobe a um terço, pois pardos, crioulos e pretos tinham, em geral, escravarias modestas.

26

Gráfico 1. Cor/origem dos senhores de escravos na Comarca do Rio das Mortes, década de 1830



Fonte: Listas Nominativas dos distritos da Comarca do Rio das Mortes na década de 1830

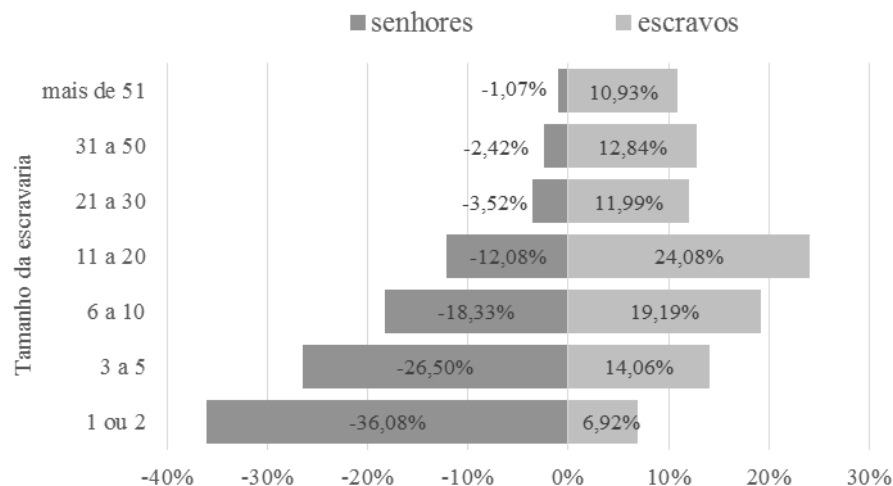
A escravidão na comarca do Rio das Mortes tinha uma larga base social de pequenos senhores. As listas nominativas da década de 1830 mostram que havia escravos em dois de cada cinco dos 10.590 domicílios registrados na comarca. As pequenas posses, com cinco ou menos cativos, eram

Andrade; LIBBY, Douglas C. (orgs.). *20 anos do Seminário sobre a economia mineira 1982-2000: coletânea de trabalhos*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v. 2 – História econômica e demografia histórica. Utilizamos também o banco de dados com as informações das listas nominativas 1831-1832 e 1848-1840 produzido pelos pesquisadores do Cedeplar-UFMG, cujos originais estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro.

predominantes: quase dois terços dos donos de escravos (63,4%).⁸ Havia, portanto, escravos em boa parte dos domicílios e, em geral, eles estavam em número reduzido.

Pelo que podemos observar no Gráfico 2, a estrutura de posse de escravos, contudo, revela-se com as mesmas características concentradoras verificadas em outras áreas escravistas: muitos pequenos senhores que possuem pequena parcela do total de escravos, enquanto poucos proprietários controlavam a maior parte das escravarias. No entanto, esses pequenos proprietários controlavam apenas um quinto (21%) de todos os cativos. Já os donos de mais de 10 escravos não alcançavam 20% dos senhores, mas concentravam em suas posses quase 60% dos cativos. Porém, no Rio das Mortes, tal estrutura apresenta um desenho mais “abaulado” do que outras regiões, com um significativo inchaço dos setores médios.⁹

Gráfico 2. Distribuição proporcional dos senhores e escravos por tamanho da posse na Comarca do Rio das Mortes – década de 1830



Fonte: Listas Nominativas dos distritos da Comarca do Rio das Mortes na década de 1830

As informações apresentadas nos Gráficos 1 e 2 permitem-nos dois encaminhamentos sobre as relações entre senhores e escravos na Comarca do Rio das Mortes. Em primeiro lugar, a experiência da escravidão nessa área foi marcada pela proximidade espacial entre senhores e escravos, o que facultou o estabelecimento de relações de dominação bastante personalizadas, além do

⁸ Essa proporção é bastante próxima do que Libby averiguou para toda a província na mesma década LIBBY, Douglas C. *Op. cit.*, p. 98-109.

⁹ Compare-se esses dados com os apresentados por Barickman para diferentes freguesias do Recôncavo Baiano. BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Tabela 20, p. 241.

conhecimento mútuo entre cativos e senhores. Esse é, a nosso ver, um fator determinante para a política senhorial de domínio.

Bert J. Barickman considera que a posse de dois ou três escravos dificilmente libertava um lavrador e sua família do trabalho em casa e na roça; no máximo, reduzia as horas de trabalho e permitia que os membros da família evitassem os serviços mais pesados. Do ponto de vista do trabalho, roceiros que tinham poucos escravos levavam uma vida muito parecida com a de seus vizinhos sem nenhum. Porém, o ser senhor de escravos deveria fazer muita diferença em termos de prestígio social. Além disso, a posse de cativos criava entre esses pequenos senhores e os grandes escravistas um vínculo baseado no interesse comum de perpetuação da escravidão como regime de trabalho.¹⁰ Barickman ainda resgata uma saborosa passagem da comédia de Martins Pena, *O juiz de paz na roça*, e que ilustra as proximidades entre senhores e escravos e a vivência das relações de subordinação. A peça, encenada pela primeira vez em 1838, mostra o personagem Manoel João, um lavrador que tem um único escravo, Agostinho, com quem divide a lida do campo. Quando Manoel entra em cena, aparece vestindo calças de ganga com uma das pernas arregaçadas e uma japona de baeta azul, traz uma enxada nos ombros; acompanha-o Agostinho, que não usa japona, apenas uma calça e camisa de algodão, traz a enxada e um cesto de café na cabeça. Depois de cumprimentar mulher e filha, e dividir entre elas outras tarefas da roça, Manoel João recebe jacuba e sentam-se todos à mesa para jantar, inclusive Agostinho, onde comem com as mãos e chupam os dedos.¹¹ O contato próximo entre cativos e pequenos agricultores provavelmente teria estimulado um sentimento de camaradagem e mesmo de dever. Mas, como nota Barickman, Martins Pena nos mostra que intimidade não implicava igualdade: em vários momentos da peça as diferenças entre Manoel João, o senhor, e Agostinho, o cativo, é demonstrada. Manoel João veste uma japona, Agostinho não; é Agostinho quem traz o cesto de café na cabeça; sedento, Manoel João é servido de jacuba pela mulher e Agostinho, não menos sedento, apenas olha; por fim, quando a carne seca da casa acaba, o pouco que resta vai para os pratos de Manoel João, mulher e filha, Agostinho tem de se contentar com laranjas e farinha.

Desigualdades como essas, por mais insignificantes que possam parecer, especialmente quando comparadas com as diferenças que distinguem grandes proprietários de suas escravarias, reafirmavam cotidianamente a autoridade dos senhores sobre seus escravos de maneira que, mesmo em situações de pequenas posses, mais comuns e difundidas, os significados da subordinação dos escravos, enquanto classe, eram vividos concretamente e, por isso mesmo, experimentados como verdade. Não apenas o controle dos corpos instituiu a ordem escravista (criava o escravo), mas, também, o controle das sensibilidades e a direção dos anseios num determinado sentido.

Devemos considerar, em segundo lugar, que, além de compartilhar a intimidade do lar e o cotidiano do trabalho com seus próprios escravos, muitos

¹⁰ BARICKMAN, B. J. *Op. cit.*, p. 309.

¹¹ *Ibid.*, p. 251-252. Ver DAMASCENO, Darcy (org.). *Comédias de Martins Pena*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1966, p. 33-66.

senhores eram, eles próprios, egressos da escravidão. Ainda que o estigma da escravidão permanecesse sob um atributo de cor, a mobilidade social conferida pela alforria permitia ao liberto e/ou seus descendentes tornar-se senhor de outro escravo. Trabalhos recentes têm sugerido que a participação de negros e pardos na camada senhorial robustecia a legitimidade do sistema escravista, ampliando sua base e reproduzindo o *status quo*.¹² Não deve soar estranho que descendentes de escravos buscassem tornar-se senhores. Nas sociedades escravistas a mão de obra escrava era a forma mais tradicional, segura e, em geral, estável de trabalho (como compreenderam as empresas inglesas de mineração em Minas Gerais). Além disso, senhores libertos valiam-se de uma instituição característica de suas regiões de origem, enquanto negros e pardos nascidos livres, conviviam com outros senhores negros, que não eram raros na paisagem social. Por fim, essa forma de trabalho foi importante na vida de egressos da escravidão no Brasil e na América, de forma geral. O uso de trabalho escravo por senhores negros servia como afirmação da liberdade, investimento econômico e, ao mesmo tempo, como estratégia de formação de família.¹³ Mas, ao mesmo tempo, referendava a naturalidade da escravidão. Efetivamente, o fim definitivo do tráfico em 1850 e os consequentes aumentos de preço do escravo e sua concentração em poucas mãos, criou o pano de fundo para a fissura do consenso escravista, como mostraram Robert Conrad e, mais recentemente, Zephyr Frank.¹⁴ No entanto, nos anos 1830, com o tráfico a irrigar as escravarias mineiras, a escravidão não acabava na porteira das fazendas,¹⁵ o que fazia das fugas uma opção muito arriscada.

¹² Na vila de São José del-Rei, no ano de 1795, um em cada quatro senhores de escravos era um forro que ascendeu a senhor de escravos. Nas palavras de Libby e Paiva "as alforrias constituíam o principal alicerce de uma organização social que contava com apoio multirracial para a instituição da escravidão". LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia escravista: São José del Rei em 1795. *Revista brasileira de estudos de população*. São Paulo, v. 17, n. 1/2, jan./dez. 2000, p. 39.

¹³ Como mostra Sheila Faria, um dos principais investimentos das pretas minas alforriadas era a posse de cativos, os quais, além de trabalho, permitiam a reconstituição de padrões domiciliares africanos. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades de do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese (Professor Titular). Niterói, UFF: 2004. Ver também PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 67. Sobre o escravo como investimento para os libertos, ver FRANK, Zephyr L. *Dutra's world: wealth and family in nineteenth-century*. Rio de Janeiro. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p. 108-121. SCOTT, Rebecca J. e HÉBRARD, Jean. *Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Ed. Unicamp, 2014, capítulos 2 e 4, discutem vários casos em que as famílias de libertos se organizam com o trabalho escravo em São Domingos e na Louisiana.

¹⁴ CONRAD, Robert Edgar. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; FRANK, Zephyr L. *Op. cit.*

¹⁵ Como comentam REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Op. cit.*, p. 66.

Senhores e fugitivos

Para conhecer senhores e escravos fugitivos lançamos mão de 224 edições do periódico liberal-moderado *Astro de Minas*, editado na vila de São João del-Rei, entre 1827 e 1839. Nessa fonte obtivemos os anúncios de 343 escravos fugidos. A maior parte deles eram homens (92%) e jovens (sendo 42% com idade entre 21 e 30 anos). Poucos tiveram ocupação registrada nos anúncios e um número ainda menor fugiu acompanhado. Esse perfil do escravo fugido foi mais ou menos comum em diferentes áreas escravistas, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1. Características dos escravos fugidos anunciados em jornais, em diferentes localidades

<i>Local e data</i>	<i>homens</i>	<i>africanos</i>	<i>idade</i>	<i>com ocupação</i>	<i>escravos em fugas coletivas</i>
<i>Comarca do Rio das Mortes, 1827-1839 (1)</i>	92%	51%	58,5% entre 21 e 40 anos	21,50%	14%
<i>Vila de Ouro Preto (MG), 1825-1832 (2)</i>	91%	59%	88% entre 14 e 30 anos	14%	12%
<i>Corte do Rio de Janeiro, 1809-1821(3)</i>	80%	75%	87,7% entre 10 e 30 anos	24%	n/i
<i>Ilha do Desterro, Sta. Catarina, 1849-1888 (4)</i>	79,5%	n/i	87% entre 16 a 45 anos	15%	n/i
<i>Província do Rio Grande de S. Pedro, década de 1840 (5)</i>	94,7%	n/i	n/i	29%	43%
<i>Província de Amazonas, 1850-1882 (6)</i>	75%	n/i	88% entre 15 e 40 anos	12%	45%
<i>Província de Sergipe, 1838-1864 (7)</i>	75%	25%	62% entre 20 e 39 anos	16%	2%
<i>Província de Sergipe, 1860-1888 (8)</i>	84,5%	47%	58% entre 21 e 40 anos	n/i	n/i
<i>Sul dos EUA, 1790-1816 (9)</i>	81%	n/i	78% entre 13 e 29 anos	n/i	n/i
<i>Sul dos EUA, 1838-1860 (9)</i>	81%	n/i	74% entre 13 e 29 anos	n/i	n/i

Fontes¹⁶.

¹⁶ n/i = não informado. Todas as porcentagens referem-se aos casos observados, isto é, excluem aqueles em que a informação não foi identificada. Fontes: 1. Considerado 343 escravos anunciados no periódico *Astro de Minas*, de São João del-Rei (MG), sendo que em 41 casos não foi possível identificar a origem e em 177 não foi identificada a idade. 2. Considerados 116 escravos anunciados no periódico *O Universal*, de Ouro Preto (MG), sendo que em 11 casos não foi identificado o sexo, em 19 não foi identificada a origem e em 91 não

As fugas eram solitárias, incertas e exigiam disposição física. A decisão não era simples e, nos casos em que não se tratava de uma fuga temporária, a qual não justificava o anúncio em um jornal, deve ter sido o resultado de um longo processo de desgaste da autoridade senhorial e de acúmulo de tensões no cativeiro. A existência de mulheres, idosos, artesãos qualificados e mesmo famílias que fugiam em conjunto sugere que qualquer escravo poderia fugir, embora a fuga tenha sido mais praticada por aqueles em melhores condições de desafiar o poder senhorial com maiores chances de sucesso.

A maior discrepância no perfil dos escravos fugidos apresentado no Quadro 1 é em relação à origem dos escravos que fugiam. A proporção de africanos e crioulos dependia da intensidade do tráfico e variou conforme a localidade. O Rio de Janeiro, como grande porto escravista que era, apresentava predomínio de africanos entre os fugitivos. Já nas províncias de Minas e Sergipe, que possuíam uma grande população crioula¹⁷ e recebiam escravos africanos por meio de centros comerciais em outras províncias (das cidades do Rio e de Salvador, respectivamente), existiu um quase equilíbrio entre africanos e nativos (pardos, crioulos ou cabras).

Africanos e crioulos fugiam por motivações diversas, mas a historiografia tem se encaminhado no sentido de entender a fuga como um movimento resultante da quebra de padrões de convívio e de frustração de expectativas. No caso de africanos recém-chegados, tais padrões eram ainda precários e o processo de transformar o africano em um escravo era inerentemente

foi identificada a idade. AMANTINO, Marcia. "Os escravos fugitivos em Minas Gerais os anúncios do Jornal O Universal – 1825 a 1832". *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 12, nº 2, p. 59-74, 2006. 3. Considerados 337 escravos anunciados nos jornais *Gazeta do Rio de Janeiro*, sendo que em 206 casos não foi identificada a idade. GOMES, Flavio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 67-93, 1996. 4. Considerados 156 anúncios publicados em diversos jornais na capital catarinense, sendo que em 88 casos não foi identificada a idade. REBELATTO, Martha. *Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Catarina: UFSC/CFH, 2006. 5. Considerados 944 escravos fugidos para o Uruguai durante a Guerra Civil. PETIZ, Silmei. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2001. 6. Considerados 137 fugitivos identificados em anúncios de fuga e captura em jornais e registros de prisão. CAVALCANTE, Ygor Olinto. *Uma viva e permanente ameaça: resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas Provincial (c.1850-c. 1882)*. Dissertação (Mestrado em História). Manaus: Ufam/ICHL, 2013, p. 20, 57-59 e 69. 7. Considerados 144 escravos anunciados no *Correio Sergipense*. MOTT, Luiz. Os Escravos Nos Anúncios de Jornal de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v. 19, nº 1, p. 133-147, 1987. 8. Considerados 115 fugitivos em anúncios de diversos jornais da província, sendo 110 com origem informada e 93 com idade identificada. AMARAL, Sharyze Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Contiguiba, 1860-1900)*. Salvador: EDUBFA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p. 92-100. 9. Considerados mais de quatro mil anúncios de fugas em cinco estados do sul – Virginia, Carolina do Norte e do Sul, Tenessi e Louisiana. FRANKLIN, John Hope & SCHWENINGER, Loren. *Runaway Slaves: rebels on the plantation*. New York: Oxford University Press, 1999, p. 210-218. ¹⁷ MOTT, Luiz. *Op. cit.*, p. 136. O autor julga que os africanos não passavam de um terço dos escravos em Sergipe.

violento.¹⁸ Para os ladinos e os crioulos, a ruptura da relação escravista poderia ser resultado de ameaças ao que a comunidade escrava considerava um “cativeiro justo”, da falta de oportunidades para ampliar as margens de autonomia ou da impossibilidade de obtenção de concessões, como o casamento, uma moradia separada, uma roça, o uso do domingo, a visita a um parente e, a mais valiosa, a alforria.¹⁹ No jogo de tensões e compromissos entre escravos e senhores, na cotidiana disputa entre autonomia e exploração, a fuga é um momento de resistência escrava ao poder senhorial, quando a política de domínio costumeira falha em atender legitimamente aos anseios do cativo. Nesse sentido, a fuga representa uma fissura da autoridade pessoal do senhor que regulava a submissão do cativo.²⁰ No restante deste artigo, desejamos discutir o quanto as diversas situações de posse, as características dos senhores e das escravarias, interfeririam na autoridade senhorial e na ocorrência da fuga.

Para conhecer quem eram alguns dos senhores que noticiaram fugas de escravos no *Astro de Minas* entre 1827-1839, empreendemos um cruzamento nominativo dessa fonte com as listas nominativas de 1831-1832 e 1838-1840. Utilizamos três critérios de validação para a busca, de forma a garantir a confiabilidade dos dados finais para a análise: primeiro, o nome do senhor; segundo, o lugar de residência do anunciante; terceiro, o nome do escravo. Assim, localizamos 43 anunciantes nas listas e 12 inventários desses senhores, que nos ajudarão a traçar um perfil dos proprietários que enfrentaram fugas de escravos e a estrutura de suas escravarias. Os números não são muito animadores, mas é preciso destacar originalidade do exercício de cruzamento nominal. Por outro lado, a diversidade dos senhores encontrados, com diferentes configurações de escravarias, sugere que o pequeno conjunto de 43 anunciados é representativo da diversidade de condições de posse da comarca.

32

¹⁸ Mary Karash enfatiza o que ela chama de “período de aclimatação”, que consistiria no período que os cativos seriam transformados em servos obedientes através de surras constantes. KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1800-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 402-401. Manolo Florentino, por sua vez, chama atenção para a violência simbólica da escravização ao afirmar que os recém-desembarcados pelo tráfico estavam mais propensos à fuga devido ao “impacto inicial do desarraigo, da solidão e da subtração da linguagem que na África servia à estruturação do mundo”. FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. *Revista USP*. São Paulo, n. 58, p. 104-115, junho/agosto 2003, p. 109. Na Comarca do Rio das Mortes foram apreendidos os escravos Luis monjolo e Francisco e Pedro congos que tentaram uma fuga na ocasião em que eram conduzidos com outros da corte para a província de Minas Gerais. Ver *Astro de Minas*, nº 1.512, 12/8/1837.

¹⁹ J. J. Reis e Eduardo Silva propõem que a principal motivação para fugas e revoltas parece ter sido a quebra de compromissos e acordos anteriormente acertados. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Op. cit.*, p. 67.

²⁰ Nesse ponto, nos alinhamos com Manolo Florentino e Marcia Amantino, para quem a fuga integra o conjunto de ações de resistência cotidiana à escravidão, uma vez que o abandono do trabalho para um produtor definido como cativo era um desafio radical ao domínio do senhor e, mais do que um ataque frontal ao direito de propriedade, era uma ação arriscada para conquistar mais autonomia que se chocava com a autoridade senhorial. FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise social*. Lisboa, ICS, nº 203, XLVII (2º), p. 237-267, 2012, p. 237 e 241.

Podemos iniciar com os atributos básicos que caracterizam nossa amostra de senhores que anunciaram escravos fugidos. Entre os 43 proprietários que anunciaram fugas no *Astro de Minas* encontramos apenas cinco mulheres, dentre as quais quatro viúvas e uma solteira. Em relação à idade dos senhores que tiveram escravos fugidos, 28 deles (65%) tinham entre 30 e 49 anos, três tinham menos de 30 anos e outros 12 tinham 50 anos ou mais. A maioria era de pessoas casadas: 33 (76,8%) viviam em matrimônio, cinco (11,6%) eram solteiros e outros cinco viúvos. Combinando idade e estado conjugal, podemos considerar que os senhores que anunciaram fugas estavam numa fase plenamente produtiva.

Sabemos que os diferentes estágios em uma trajetória familiar de acumulação influíam no trabalho que era esperado dos escravos. É interessante observar que segundo o modelo de ciclo da família escrava no sul americano elaborado por Herbert Gutman, senhores adultos e casados vivenciariam a fase mais estável do plantel, quando a escravaria já constituída estaria num momento de reprodução por meio da formação de famílias e, portanto, menos propensa à ocorrência de fugas. Ao contrário, a fase inicial da vida dos proprietários, quando estes constituem sua força de trabalho por meio da compra, de dotes e heranças, e a fase final, quando a escravaria é dispersa entre herdeiros, seriam momentos críticos de destruição dos laços familiares e de desestruturação da comunidade escrava.²¹ Na Comarca do Rio das Mortes, a se considerar os poucos senhores de escravos fugidos que conseguimos identificar, a dinâmica parece oposta ao descrito por Gutman. A chave para essa diferença nos parece residir na questão do tráfico. A escravidão no sul americano não dependia da importação de africanos desde o começo do século XIX, enquanto, em Minas Gerais, o tráfico de escravos permitiu aos senhores manter e reproduzir suas escravarias sem depender exclusivamente da reprodução natural. Muitos dos senhores que tiveram escravos fugidos eram pequenos proprietários que aproveitaram o tráfico na década de 1830 para aumentar suas posses. E é preciso considerar que nas pequenas escravarias a formação de laços familiares era mais restrita, devido às limitadas opções.

Selecionamos algumas informações básicas sobre as escravarias dos senhores que anunciaram fugas para conhecer melhor o contexto em que viviam e trabalhavam os escravos fugidos. Consideramos que a proporção de homens para mulheres (razão de masculinidade), a proporção de africanos para brasileiros (africanidade) e a presença da família escrava eram as variáveis mais importantes e de mais fácil mensuração a partir das fontes disponíveis. A Tabela 1 traz essas informações.

²¹ GUTMAN, Herbert Georges. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. NY, Vintage Books (Random House), 1976, Tabela 19.

Tabela 1. Características das escravarias de 43 senhores que anunciaram escravos fugidos no *Astro de Minas*.

	Escravarias dos senhores que anunciaram fugas	Escravarias da Comarca do Rio das Mortes
Masculinidade	142,9	153,3
Africanidade	175,0	81,2
% escravos unidos por laços maritais	18,5	22,6

Fonte: *Astro de Minas*, Listas Nominativas da década de 1830. Obs.: 1. os valores são medianas. 2. A masculinidade mede o número de homens para cada 100 mulheres. 3. A africanidade mede o número de africanos para cada 100 escravos nativos.

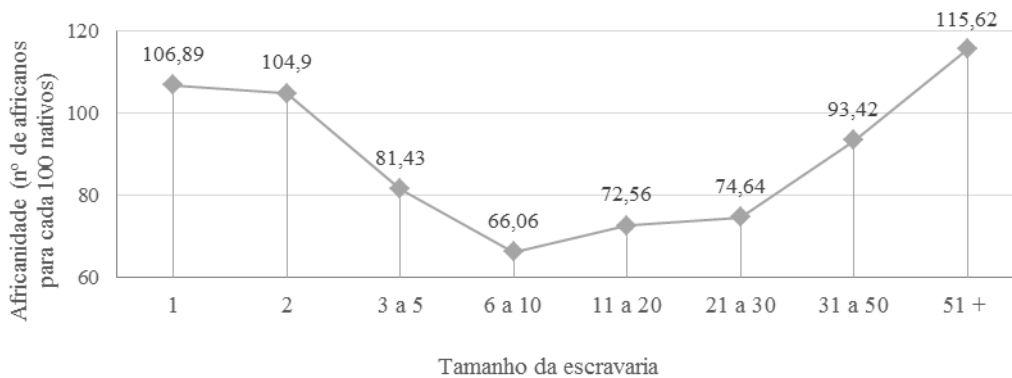
Segundo as listas nominativas da década de 1830, os 43 senhores aqui identificados controlavam 628 escravos, sendo 66,5% deles homens, e 53,1% africanos. Percebemos que a masculinidade de seus plantéis era elevada, mas não mais alta do que a mediana de toda a Comarca. A africanidade, por sua vez, apresentava um valor sensivelmente destacado, o que explicita a dependência do tráfico para a composição das escravarias dos senhores que anunciaram fugas.

Enquanto esteve aberto, o tráfico atlântico foi uma alternativa para a composição das posses dos escravistas, grandes ou pequenos, na Comarca do Rio das Mortes. As listas nominativas da década de 1830 mostram que 55,9% dos escravos eram nativos, enquanto outros 44,1% eram africanos de diversas origens, com clara predominância dos centro-africanos. Entre os crioulos, a razão de masculinidade era equilibrada, em torno de 98,7 homens para cada 100 mulheres, e quase um terço era de crianças com menos de 10 anos, um claro sinal da capacidade de reprodução dos plantéis. Já entre os africanos, a situação era inversa: altíssima masculinidade (277 homens para cada 100 mulheres) e raras crianças, mostrando que, embora em 1831 o tráfico tenham sido oficialmente proibido, a compra ilegal de africanos continuou sendo uma opção para a reposição das escravarias. O quanto à escravidão em Minas Gerais dependeu do tráfico, em geral, e do tráfico ilegal, em particular, é uma questão historiográfica polêmica, com posições que variam da defesa de uma completa dependência do tráfico à completa dependência da reprodução interna.²² Mas

²² MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982 revelou que a província de Minas tinha o maior plantel de escravos do Império e debitava o fato ao tráfico. Já BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru (SP), Edusc, 2004, capítulo 4, aposta na reprodução interna. LIBBY, Douglas; PAIVA, Clotilde A. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, Fipe/USP, v. 25, n. 2, p. 203-233, 1995, propõem que tráfico e reprodução interna não fossem excludentes, mas complementares na manutenção das escravarias mineiras. Libby reapresenta a discussão em LIBBY, Douglas. O "grande plantel mineiro" do século XIX: Origens e Posses. *In*: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz

devemos lembrar que as escravarias dos senhores de poucos escravos tinham escassas chances de manutenção por meio da formação de famílias e da reprodução endógena. Assim, tais escravarias eram, em geral, mais africanas, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3. Africanidade média nas escravarias da Comarca do Rio das Mortes na década de 1830, por tamanho de posse



Fonte: Listas Nominativas da década de 1830.

A década de 1830 como momento de composição das escravarias por meio do tráfico ilegal fica demonstrada no caso do capitão José Lopes de Siqueira. Ele anunciou a fuga do africano Mateus, em 1838, quando sua escravaria possuía alto índice de africanidade: 20 africanos e três brasileiros.²³ No entanto, nos deparamos com o processo de criouliização de seu plantel, pois, em 1858, o inventário do capitão José Lopes declarava 13 africanos e 11 brasileiros e, entre os últimos, cinco com idade inferior a 12 anos.²⁴

O tráfico e a possibilidade de formação de laços familiares é uma questão importante, com sensíveis consequências para a sociabilidade escrava. Como estudos mais recentes têm mostrado, o tráfico agregava estranhos nas escravarias, reproduzindo hierarquias entre aqueles já estabelecidos e os recém-chegados.²⁵ Na Comarca do Rio das Mortes a família escrava tendia a incorporar os africanos, produzindo laços entre eles e os crioulos, mas, em

Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: a Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, v. 1, p. 171-198.

²³ *Astro de Minas*, nº 1192, 14/7/1835.

²⁴ Arquivo Histórico do Escritório Técnico II, Iphan, 13ª Superintendência, São João del Rei; SIQUEIRA, José Lopes de (capitão), 1858, caixa 500.

²⁵ MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 127 e 142-146; SOARES, Márcio de Sousa. *Op. cit.*, p. 128.

geral, escravarias pequenas tendiam a ter poucos cativos unidos por laços familiares.²⁶

A Tabela 1 mostra que a proporção de cativos casados nas escravarias de senhores que anunciaram fugas é inferior ao que o registrado em toda comarca. As listas nominativas registram os casais de escravos unidos matrimonialmente, mas não identificam seus filhos e outros parentes. Assim, uniões consensuais, laços familiares e de parentesco ritual, como o compadrio, não estão representados na Tabela 3, que apenas indica a presumível extensão da família escrava nos domicílios do Rio das Mortes. O casamento escravo era uma instituição aparentemente menos difundida em posses que registraram fugas: apenas 18,5% dos cativos estavam unidos por laços matrimoniais, enquanto em toda a Comarca a porcentagem de casados atingia 22%. A importância da família escrava já é bem conhecida e as polêmicas sobre o seu significado não precisam ser reproduzidas aqui.²⁷ Mas é importante destacar que as escravarias em que se registraram fugas uniam dois componentes potencialmente desestabilizadores: grande número de africanos desembarcados pelo tráfico e poucos casamentos. A formação de família poderia ser uma estratégia de inserção dos africanos em novos laços sociais e de redução das tensões. Mas, sobretudo nos pequenos plantéis, nem sempre era fácil conseguir um cônjuge.

Os senhores que tiveram escravos fugidos ocupavam-se de uma variedade de atividades, o que sinaliza que a fuga de escravos era vivenciada em várias situações de cativo. Apenas dois do nosso conjunto de 43 senhores não tiveram a ocupação identificada. Entre os demais, há 23 lavradores, nove negociantes, quatro com ocupações civis – solicitador, administrador, eclesiástico, juiz de vintena –, dois boiadeiros, um minerador, um artesão e um senhor que vivia “de agências”, provavelmente da renda do trabalho de seus escravos.

36

²⁶ Os casamentos entre escravos registrados na vila de São José tinham predomínio de uniões entre homens africanos e mulheres nascidas no Brasil. Ver GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro *et al.* Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento – o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, nº 23 (37), pp.184-207, jan./jun. 2007.

²⁷ A esse respeito consultar SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor* – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011, capítulo 1, para um resumo dos estudos sobre família escrava no Brasil e nos Estados Unidos. Sobre o debate sobre o significado da família para a comunidade escrava, conferir os comentários de Slenes à p. 55, p. 60-61. De forma geral, Slenes defende que a família escrava foi um espaço de gestação da resistência e transmissão cultural, enquanto Florentino e Góes acreditam que a família, ao enredar os cativos na comunidade escrava, servia aos interesses do senhor, tornando possível a exploração. FLORENTINO, Manolo & GOES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 35-37. Hebe Mattos, por sua vez, analisa a família como mais um fator distintivo e hierarquizante na comunidade escrava, tornando possível para alguns cativos a obtenção de concessões. MATTOS, Hebe Maria. *Op. cit.*, p. 154-155. Todos os autores, no entanto, reconhecem a família como expressão da humanidade e vontade dos escravos e destacam sua importância para suportarem o cativo.

A maior participação de senhores que se ocupavam com a lavoura está conforme o padrão ocupacional da Comarca, sendo este o setor que mais empregava escravos. Mas muitos dos senhores que se dedicavam a outras ocupações também praticavam a lavoura em seus domicílios. Era o caso do Padre Julião Antônio da Silva, morador na Lagoa Dourada, termo da vila de São José. O padre Julião foi registrado na lista nominativa de 1831 como senhor de quatro escravos, três africanos trabalhadores da roça e uma cozinheira. O padre, como outros senhores em sua época, adquiriu mais escravos nos anos seguintes, pois em 1834 anunciou a fuga de Joaquim Ventura, um “preto da Costa” igualmente trabalhador da roça, que não havia sido descrito no seu fogo em 1831.²⁸ Da mesma forma, no mínimo três dos nove negociantes identificados também desenvolviam a lavoura em seus domicílios. São os casos de Manoel Fernandes Airão, morador do distrito de Perdões, termo de São José, que viu evadir seu escravo Manoel benguela, negro de orelhas furadas e com marcas de cicatrizes, e de dona Rita Francisca de Jesus, moradora no distrito de Formiga, termo de Tamanduá, de quem fugiu um africano cabinda, sem nome descrito no anúncio.²⁹ Esses senhores foram listados como negociantes, mas possuíam escravos lavradores em seus plantéis. Assim como Candido de Faria Lobato, morador no distrito de Oliveira da vila de São José, que anunciou as fugas de três de seus cativos. Os anúncios noticiados por ele são lacônicos, quase não trazem informações sobre as características dos cativos – aparentemente, Candido de Faria confiava que as pessoas soubessem quem eram seus escravos.³⁰

Sem dúvida, as condições para o trabalho escravo e de mando senhorial variavam muito entre uma fazenda, o domicílio de um juiz, uma loja e uma oficina. Porém, essa diversidade de condições foi unida pela experiência comum da fuga de um escravo. Outra situação que modulava o trabalho escravo era o tamanho da escravaria. A Tabela 2 mostra o tamanho das posses dos senhores que anunciaram fugas no *Astro de Minas*.

Tabela 2. Tamanho das posses de senhores que anunciaram fugas no *Astro de Minas*.

Tamanho da escravaria identificada nas listas nominativas	Nº senhores que anunciaram fugas de escravos	que de %
Nenhum	12	27,91
1 ou 2 escravos	2	4,65
de 3 a 10 escravos	8	18,60
de 11 a 30 escravos	16	37,21
31 ou mais escravos	5	11,63
Total	43	100,00

Fonte: *Astro de Minas*; Listas Nominativas da década de 1830.

²⁸ *Astro de Minas*, nº 1.034, 3/7/1834.

²⁹ *Astro de Minas*, nº 1.081, 21/10/1834 e nº 1.346, 12/7/1836.

³⁰ *Astro de Minas*, nº 609, 20/10/1831 e nº 1.329, 2/6/1836.

O primeiro ponto a ressaltar da Tabela 2 é que 12 senhores anunciaram fugas de escravos, mas não apresentaram nenhuma propriedade mancipia nas listas nominativas da década de 1830. Como as listas não registram a propriedade dos escravos, mas apenas listam os moradores de um domicílio, é possível que alguns daqueles 12 senhores possuíssem escravos que estivessem no momento do censo alugados em outros domicílios ou prestando serviços em outros lugares. Não era incomum o aluguel de cativos, nem o trabalho escravo “ao ganho”, o que gerava uma situação de “posse intermitente”.³¹

A venda, aluguel ou transmissão da propriedade escrava deve explicar alguns desses casos, a maior parte dos anunciantes de fugas de escravos que surgem sem nenhum cativo nas listas nominativas devem ser donos de poucos escravos que perderam parte da sua propriedade ou toda ela pela fuga. Alguns exemplos são ilustrativos. Francisco Alves da Silva, morador no Bichinho, anunciou a fuga do escravo Silvestre Moçambique no *Astro de Minas* em 18/10/1831. Na lista de 1838, Francisco foi registrado como morador de um domicílio sem nenhum cativo. Severino Rodrigues, morador no Padre Gaspar, teve um escravo monjolo fugido noticiado em 7/6/1828 e na lista de 1831 aparece sem propriedade escrava. O fato de anunciarem as fugas de escravos africanos sugere que tais senhores estivessem apenas entrando no mundo do domínio escravista estimulados pelo crescimento do tráfico que precedeu sua abolição definitiva. Possivelmente, fossem senhores há pouco tempo e inexperientes no trato com escravos ou desejassem conseguir o maior retorno do trabalho de seus escravos e os submetiam a um ritmo de exploração muito intenso.

Segundo a Tabela 2, Tabela as fugas afetaram senhores com posses de todos os tamanhos, mas é notável a representação de donos de poucos escravos em nossa limitada amostra de senhores. Alguns casos interessantes podem sugerir como a fuga era difundida, mas, também, como os senhores tinham diferentes meios para lidar com seus escravos.

³¹ O historiador americano James Oakes acredita que, nos estudos do sul dos Estados Unidos, a base do grupo de proprietários de escravos era caracterizada pelo constante movimento de aquisição, perda e aluguel de escravos de acordo com as necessidades sazonais da agricultura. Para o autor, os censos de população, ao retratar apenas um momento da sociedade não conseguem apreender aqueles casos em que a posse de escravos é intermitente. Sua conclusão é de que o movimento de vários domicílios entrando e saindo do grupo de escravistas, em consequência do aluguel, herança ou compra, ampliava a base social do escravismo. OAKES, James. *The ruling race: a History of American Slaveholders*. New York: Knopf, 1982, 41. A hipótese de Oakes foi testada por Randolph Campbell para o caso do Texas que comprovou sua existência, mas não no nível postulado por Oakes. Ver crítica em CAMPBELL, Randolph B. Intermittent Slave Ownership: Texas as a Test Case. *The Journal of Southern History*, vol. 51, nº 1 (Feb., 1985), p. 15-23.

Gervásio, crioulo de 20 anos fugiu do arraial de Carrancas em algum momento de 1831, mas só teve sua fuga anunciada em dezembro de 1832 durante a execução do inventário de seu proprietário, o capitão Felisberto Ribeiro Silva.³² Gervásio fazia parte de uma escravaria de 19 escravos que se ocupavam de diversas atividades produtivas. Segundo o inventário, a propriedade do capitão Felisberto produzia cana, cachaça e outros mantimentos, além de criar gado. Há também menção a ferramentas de ferreiro, carapina e sapateiro, o que sugere que seus escravos se ocupavam desses serviços, embora nenhum tenha tido qualquer ofício descrito no inventário. O capitão Felisberto era dependente do tráfico de escravos, visto que 12 de seus cativos eram africanos adultos. O casamento era incentivado, pois havia três casais africanos; mas a reprodução interna era fraca, sendo arrolada somente uma criança sem descrição de parentesco com os demais escravos. No inventário há indícios de que o capitão Felisberto conjugava o uso da violência ao incentivo pecuniário para administrar sua escravaria. O documento cita uma corrente de ferro e dois colares com cadeados, instrumentos típicos de castigos para escravos. Provavelmente, o capitão já tivesse enfrentado e punido outras fugas. Contudo, ao lado desses instrumentos de castigo são descritas várias dívidas que Felisberto tinha com seis de seus escravos; tais débitos poderiam tratar-se de trabalhos remunerados feitos pelos cativos, ou seriam fruto da venda do produto de suas roças para o senhor. Seja como for, essas negociações permitiram aos escravos o acúmulo de um pecúlio que poderia ser usado para compra da liberdade, como aconteceu com a escrava Cecília crioula. No inventário do capitão consta que Cecília – que, inclusive, era uma das escravas a quem o capitão devia – pagou a importância do seu valor em troca da alforria. Como o capitão Felisberto possuía uma escravaria em idade produtiva e masculina, com pouco espaço para estabilização por meio de uma política de casamentos, ele parece ter tentado aumentar seu controle sobre os escravos com a permissão para atividades que produzissem pecúlio e a barganha com a liberdade, mas de forma controlada, já que os escravos produziam ou trabalhavam para ele, Felisberto, e conseguiam a liberdade mediante pagamento.

Bem diferente era a propriedade da viúva Antônia Maria de Jesus, cujo inventário foi aberto em 1832. Sua escravaria, composta por 21 cativos, era caracterizada pelo equilíbrio de sexo e reprodução interna. Foram arrolados 11 homens e 10 mulheres, apenas um escravo africano e seis cativos com menos de 14 anos. Em 1833, o administrador da fazenda de Dona Antônia noticiou a fuga de um crioulo de 30 anos por nome Antônio, registrado no inventário de 1832 com a idade vinte e tantos anos.³³ Podemos conjecturar que o cativo tenha fugido receoso de seu futuro após a partilha dos bens, um momento tenso no qual os cativos poderiam ter seus laços afetivos quebrados ou parar

³² *Astro de Minas*, nº 788, 15/12/1832. Arquivo Histórico do Escritório Técnico II, Iphan, 13ª Superintendência, São João del-Rei; SILVA, Felisberto Ribeiro (cap). Inventário, caixa 247, 1830.

³³ *Astro de Minas*, nº 900, 20/8/1833. Arquivo Histórico do Escritório Técnico II, Iphan, 13ª Superintendência, São João del-Rei. Inventário: JESUS, Antônia Maria de. Caixa 111, 1832.

nas mãos de herdeiros que não reconheciam seus espaços costumeiros. No caso da viúva Antônia Maria, percebemos que a escravaria era baseada em laços de parentesco e no equilíbrio entre os sexos, mas não há menção a alforrias.

Já o alfaiate Antônio Lobato foi o mais jovem dos senhores que anunciaram fugas, com apenas 20 anos, em 1831, e um proprietário modesto, com apenas três escravos. Lobato viu seu cativo Mateus, um cabinda de 22 anos, fugir, em 1835, e o noticiou detalhadamente no *Astro de Minas*: "alto, olhos vermelhados, sobrancelhas meio crespas, beijudo, rosto descarnado e grande, ombros largos, mãos bem feitas, pés ordinários, ponta de buço" e, provavelmente, não deveria sofrer castigos físicos mais duros, visto que "não tem cicatriz alguma em seu corpo".³⁴ Na lista nominativa de 1838, o alfaiate Antônio aparece com apenas outros dois cativos e ainda sem Mateus. Tratava-se, certamente, de um pequeno senhor que optou pela compra de um escravo africano para aumentar a capacidade produtiva do seu domicílio. Donos de poucos escravos, em geral, dependiam do tráfico para compor suas escravarias, uma vez que a reprodução natural era limitada nos pequenos plantéis.

Assim como o alfaiate Antônio Lobato, pouco mais de 50% dos proprietários que anunciaram fugas foram registrados nas listas nominativas como senhores de escravarias de tamanho reduzido, com 10 ou menos escravos, em que os contatos diários entre senhores e cativos deveriam ser muito próximos e intensos. As tensões desencadeadas nas situações de pequenas posses deveriam ser muito fortes e vivenciadas de forma muito próxima por esses pequenos senhores, os quais deveriam ter mais dificuldades em estimular a sociabilidade escrava ou a formação de famílias em suas pequenas posses como estratégia de aliviar as tensões do trato escravista, além de ter menos recursos com que recompensar seus escravos e menor margem para criar hierarquias no plantel.

40

O difícil controle das pequenas posses

Em seu famoso estudo sobre as fugas de escravos nos jornais, Gilberto Freyre presumia que o maior número de escravos fugisse das casas de senhores pobres, os quais "no afã de fundar fortuna, levantar fábrica ou indústria nova sobrecarregavam de trabalho seu pequeno capital de gente".³⁵ O excesso de exploração, portanto, estaria por sob as fugas. Como vimos no caso do Rio das Mortes, nossa pequena amostra de senhores que anunciaram fugas de escravos era bem sortida quanto ao tamanho da escravaria, o que nos leva a considerar que a exploração além do que se considerava costumeiro não ocorria só nas pequenas posses. A quebra de acordos e expectativas não atendidas poderiam aparecer em todo tipo de posse.

³⁴ *Astro de Minas*, nº 1.204, 11/8/1835.

³⁵ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4ª edição. São Paulo: Global, 2010, p. 110.

Talvez o aspecto mais marcante da administração do trabalho escravo em pequenas posses seja a intensa proximidade entre senhores e escravos com o compartilhamento do cotidiano nos mesmos espaços e o desempenho do mesmo trabalho. Não se justificaria nas escravarias mais reduzidas empregar um feitor – e, talvez, nem se tivesse condições disso. O feitor é considerado pela historiografia da escravidão um para-choques da relação senhor-escravo; representante da autoridade do senhor, era responsável pelo trabalho desempenhado pelos escravos e administrava os castigos sendo, por isso, um alvo comum do protesto violento dos cativos.³⁶ Mas o feitor não era uma figura comum nas pequenas posses. No caso americano, Eugene Genovese estima que talvez menos de um quarto de cativos tenha trabalhado sob a supervisão de feitores.³⁷ Nos anos 1830, nos quatro termos que formavam a Comarca do Rio das Mortes (vilas de São João e São José del-Rei, Tamanduá e Lavras) apenas 69 indivíduos foram identificados nas listas nominativas da década com a ocupação de feitor ou administrador de fazenda, uma das variações do trabalho. Embora o número de feitores possivelmente fosse maior, visto que as listas têm grandes lacunas quanto a informações de ocupação, esse pequeno conjunto serve de índice para a situação que desejamos evidenciar: nenhum dos 69 feitores administrava escravarias inferiores a cinco cativos, sendo que quase todos trabalhavam em unidades com mais de 10 escravos.³⁸ Sem a intermediação de um feitor, senhores de pequenos plantéis encaravam face a face a tarefa de disciplinar sua força de trabalho e testavam no dia a dia sua autoridade.

Um exemplo da Comarca do Rio das Mortes pode ser ilustrativo do cotidiano de proximidade entre senhores e escravos, do compartilhamento do trabalho e da violência que permeava o dia a dia. O fazendeiro Januário José Ferreira vivia em 1838 no distrito de Cláudio, arraial da vila de São José, com a esposa, um filho e nove cativos – cinco mulheres crioulas, dois moleques crioulos e dois homens africanos. Januário e sua família eram pardos, mas, nem por isso, pobres. Seus cativos e sua família tocavam uma fazenda bem-sucedida, até onde o processo-crime deixa entrever, onde se plantava cana e outros mantimentos. Em janeiro de 1842, enquanto estava na roça, cortando cana com o escravo Joaquim, Januário Ferreira chamou a atenção do cativo e ameaçou castigá-lo. Porém, Joaquim, um africano de mais de 50 anos, não esperou que isso acontecesse e matou o senhor com duas facadas. Quando inquirido por que atentou contra seu senhor, Joaquim não usou a justificativa corrente de que seu senhor era cruel e o castigava com frequência – muito provavelmente porque Januário, que trabalhava na roça com seus cativos, não

³⁶ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750- 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 37-39; GENOVESE, Eugene D. Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made. New York: Vintage Books, 1976, p. 13-21.

³⁷ GENOVESE, Eugene D. *Op.cit.*, p. 13.

³⁸ COSTA, Ana C. R. *Fugas de escravos na Comarca do Rio das Mortes – primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). São João del-Rei (MG): Decis/UFESJ, 2013, p. 145-147.

apelasse sempre para o castigo. Joaquim afirmou, sem efeito algum, que havia sido possuído pelo demônio e foi condenado à força.³⁹ É possível que Joaquim tenha chegado ao Brasil antes da Lei de 1831 e, dado o perfil crioulo da escavaria em que vivia, seu senhor mantinha um empreendimento escravista lastreado na possibilidade de reprodução endógena. Índícios do processo-crime apontam que Joaquim falava claramente o português, pois não houve necessidade de tradutor em seu depoimento no processo-crime, nem o escrivo anotou qualquer dificuldade de expressão do cativo. O processo-crime, no entanto, foi sumário, não permitindo apreender o acúmulo de tensões entre o escravo Joaquim e seu senhor Januário, que culminou em violência. Nesses casos, quando a proximidade entre senhor e escravo descambava para tensões, o resultado era frequentemente violento.⁴⁰

Por outro lado, a historiografia vem demonstrando que os senhores de pequenas posses concediam a alforria com maior liberalidade do que os grandes proprietários.⁴¹ No ambiente composto por pequenas escravarias aumentavam as chances de mútua dependência entre senhores e escravos. A grande quantidade de libertos e seus descendentes possuidores de escravos, por sua vez, propõe o surgimento de relações de dominação marcadas pelo mutualismo.

Boa parte dos senhores de escravos que publicaram os anúncios de fuga que inundavam os periódicos regenciais tinham posses modestas, até o limite de 10 escravos. Senhores de poucos escravos deveriam enfrentar uma série de dificuldades ao administrar o trabalho dos seus cativos. Vivenciavam, de forma muito próxima, as tensões desencadeadas pela escravidão, enquanto suas opções para estimular a sociabilidade escrava ou a formação de famílias em suas pequenas posses, como estratégias de aliviar as tensões do trato escravista, eram bastante limitadas. Como tinham menores recursos, não havia com o que recompensar seus escravos ou instaurar hierarquias e diferenciações expressivas no plantel. Talvez, por causas dessas dificuldades é que muitos pequenos proprietários deixavam para recompensar seus escravos fieis ao falecer, distribuindo alforrias e legando alguns bens a escolhidos. A fuga era uma faceta da relação senhor-escravo que poderia evitar uma ação violenta contra os senhores, mas que deixava clara a discordância dos cativos em esperar eternamente a retribuição pelo seu trabalho.

³⁹ Laboratório de Pesquisa e Conservação Documental da Universidade Federal de São João del-Rei (Labdoc/UFSJ), Arquivo de Oliveira, Processo-Crime 2-58.

⁴⁰ O estudo de Ricardo Alexandre Ferreira sobre a criminalidade escrava na região paulista de Franca – uma região onde predominavam as pequenas posses –, mostra que a maioria dos crimes de cativos contra seus senhores ocorriam em situações em que os senhores estavam pessoalmente envolvidos na aplicação de castigos ou em situações de trabalho, servindo como armas as ferramentas usadas FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Op. cit.*, p. 55.

⁴¹ PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia...* op. cit., p.93; SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* op. cit., pp. 100-101. Segundo os autores, os donos de poucos escravos, muitos dos quais afrodescendentes, além de distribuir alforrias mais proficuamente do que grandes escravistas, também legavam bens, como roupas, móveis, propriedades e até escravos, para seus libertos.

Sobre os autores

Carlos de Oliveira Malaquias é professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História pela UFMG. E-mail: carlos.malaquias@hotmail.com.

Ana Caroline de Rezende Costa é mestre em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (MG). E-mail: anarezendecosta@yahoo.com.br.

*Artigo recebido em 29 de janeiro de 2016.
Aprovado em 01 de julho de 2016.*